

Apresentação

Patrimônio e Memória, volume 10, n. 2, apresenta a você, caro leitor, nesse segundo semestre de 2014, no dossiê *Culturas indígenas e identidades* e na seção *Artigos*, textos que agregam reflexões de pesquisadores do Brasil — Paraná, Pernambuco, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Sergipe, Santa Catarina — e da Venezuela, das áreas de História, Letras, Antropologia, Sociologia, Educação e Artes, que discutem as vivências e representações míticas dos povos indígenas reafirmando suas identidades ou representações literárias cujos protagonistas são provenientes desse universo, em temporalidades que transitam entre o passado e o presente. Esses elementos passam a compor os traços que plasmam a identidade do país.

Os textos, embora abordem temas distintos, trazem no seu âmago uma pergunta: O que é ser índio na atualidade?

Os assuntos tratados, em sua maioria, referem-se aos povos indígenas brasileiros que, embora apareçam diariamente nas manchetes dos jornais eletrônicos do país, o conhecimento de suas vivências e de seus problemas ainda é limitado, tal a magnitude dos preconceitos que recaem sobre os seus integrantes.

Vale dizer que esse aparente alheamento não condiz com a ampliação das pesquisas nas áreas de Humanidades referentes a esses povos e que veiculam informações sobre sua situação, possibilitadas pelo surgimento de vários periódicos e de Grupos Temáticos que integram pesquisadores de regiões do país onde a presença dos vários grupos dessas comunidades é efetiva. Esse movimento, certamente, é decorrente das alterações das políticas públicas, definidas pela legislação específica que detalha as diretrizes da Constituição de 1988, garantindo direitos aos integrantes das diversas etnias espalhadas pelo país afora, de manterem suas identidades culturais, suas línguas e seus costumes.

Os textos ora publicados, trazem dimensões teóricas, em diferenciados níveis, que vão da etno-história às considerações sobre experiências literárias (escrita, leitura, tradução edição) com professores indígenas, envolvendo reflexões sobre a inserção das textualidades indígenas no conjunto diverso da literatura brasileira; a relação entre política e ritual; a questão da escola indígena e dos indígenas na escola; ao debate sobre a patrimonialização de seus saberes e expressões culturais. Isso significa dizer que os textos expressam a constituição do campo de reflexão (e seus percursos) sobre questões dos povos indígenas no Brasil atual, voltado às dimensões das políticas públicas para esses povos, notadamente o tema da demarcação de suas terras, os impasses e as perspectivas presentes no cenário atual; a condição da mulher indígena, suas reivindicações, lutas e a violência cotidiana sofrida; as suas expressões artísticas (dança, escultura e pintura

corporal, em seu artesanato, etc.), que reafirmam seus valores e os conhecimentos de si; a questão da educação direcionada para esses povos indígenas que coloca em cena a perspectiva de uma educação intercultural e bilíngue ou multilíngue, defendida por esses protagonistas, e já firmada desde 1994 nas diretrizes educacionais relativas aos povos indígenas pelo MEC que busca, ao mesmo tempo, garantir a inserção dessas comunidades na sociedade brasileira, sem perder os seus valores e preservar o seu modo de vida.

As dúvidas e os questionamentos gerados pela inserção desses povos indígenas no sistema educacional brasileiro são recorrentes, por considerar que os valores da sociedade envolvente, pensam uns, interferem em suas identidades culturais, considerando que os parâmetros e visões de mundo são distintos. É possível a efetivação de processos pedagógicos bilíngues ou multilíngues sem a perda das identidades específicas, quando há efetivo interesse pelos mais jovens do domínio da cultura do entorno? As aspirações desses povos indígenas, com suas culturas plurais, de frequentarem o sistema educacional brasileiro — que busca a homogeneização de seus cidadãos e não o cultivo das diferenças — e retornarem as suas aldeias são factíveis? E as Escolas Indígenas estão conseguindo agregar os seus interesses, se as experiências curriculares sofrem descontinuidades na efetividade das políticas educacionais garantidas pela legislação federal?

Essas questões atravessam os textos reunidos nesse número de *Patrimônio e Memória* que trazem os conhecimentos gestados em experiências em curso e sinalizam para alguns caminhos sobre essas relações multiétnicas. É o que se pode ler nos artigos que discutem dimensões dessas práticas escolares, que vão desde as experiências escolares dos povos indígenas em escolas urbanas e as dificuldades de adaptação de parte a parte aos valores de uns e outros nesse processo de aprendizado mútuo, entre índios e não índios, às experiências inovadoras que deram origem à criação de Escola Indígena no município de Dourados/MS, com currículo e administração escolar definidos pelos principais protagonistas: a comunidade indígena Kaiowá, o poder público municipal e os professores que passaram a integrar essa experiência desafiadora e marcada por recorrentes conflitos. Acrescente-se a essa discussão, a título de exemplo da complexidade do assunto, o mapeamento dessas comunidades indígenas no Estado de Santa Catarina, que evidencia a agregação daqueles que se dizem indígenas, com base nos dados dos censos oficiais, decorrente das políticas públicas destinadas aos povos indígenas e seus descendentes. Além dessa cartografia geral, foi feita a demarcação dos núcleos de concentração de etnias da região, emergindo nesse processo aquelas julgadas desaparecidas, a exemplo dos povos Xokleng, habitantes de Santa Catarina, que haviam abandonado sua identidade em decorrência dos preconceitos e das sucessivas expulsões de seus territórios. Esses povos, após a Constituição de 1988 passaram a se concentrar junto aos Kaingang, comunidade já

estruturada e passaram a reivindicar a posse de suas terras e a revalorizar a sua origem étnica.

Esse campo de reflexão amplia-se, ao trazer para esse número texto que discute elementos da cultura e das tradições dos Warao, da Venezuela, desvelados pelo mito de origem do próprio grupo cujo significado lhes dá conformação.

A resenha, saindo desse universo das diferentes formas da tradição comunitária das comunidades indígenas, apresenta livro que perscruta a participação da Ciência da Informação junto ao ciberespaço e indaga-se de que modo a Inteligência Coletiva, os sistemas de conhecimento colaborativo e uma estrutura virtual de conhecimentos impactam na organização social das sociedades contemporâneas.

Por último, apraz-me que o encerramento de minhas atividades de editoria seja trazendo o tema das comunidades indígenas, assunto bastante emblemático cujos textos esmiúçam as questões pertinentes aos homens e às mulheres que habitam esse país desde sempre. Esses povos transitaram e transitam pelos espaços, abaixo da linha do Equador, desconhecendo fronteiras, ontem e hoje, ignorando demarcações feitas pelos colonizadores, que forjaram Estados e Nações, seguindo as suas rotas, como bem mostra o caminho do Peabiru, analisado em texto desse número que evidencia as longas distâncias percorridas por esses andantes — que iam do litoral paulista (uma das rotas) ao pacífico. Esse caminho foi usado pelos colonizadores que, além de se utilizarem de suas rotas no processo de ocupação, esses povos são excluídos desses mesmos territórios que passaram a ser nomeados, ao longo desse processo, de “espaços vazios”.

A capa traz uma foto de rapazes indígenas, com os corpos pintados, que expõem traços de suas culturas, desafiando os não índios a apreender os seus significados.

Como afirmei acima, caro leitor, com esse número encerro a minha participação na editoria dessa revista, o que será finalizado com a indicação do novo Editor. Agora o afastamento é definitivo, diferentemente do que ocorrera anteriormente, quando apresentei minha despedida e continuei à frente da revista por mais alguns anos.

Nesses anos, sempre contei com a confiança dos autores, dos colaboradores externos, dos revisores, do Conselho editorial e Consultivo que ajudaram com os seus pareceres competentes a tornar a revista cada vez mais respeitada no mundo acadêmico. Também quero agradecer a Ana Elisa Paziam dos Santos que nesses últimos cinco anos, na qualidade de secretária da revista, desempenhou trabalho competantíssimo de envio e acompanhamento do vai e vem dos originais, aos avaliadores e aos autores, visando à preparação dos originais, sob sua responsabilidade, bem como ajudando o editor a adequar a revista às novas exigências das bases de dados. Quero destacar, ainda, a colaboração do bolsista Ynayan Lyra Sousa que ajudou nesses últimos dois anos na preparação dos originais. E, também, Lucas Lutti que produziu as capas, do volume 6, número 2 de 2010 ao

volume 10, número 2 de 2014. Lucas teve a paciência de aceitar a minha colaboração impertinente, para que apreendesse o espírito temático de cada número e traduzisse a imagem escolhida, agora ressignificada, no novo mote, expresso na arte final. Enfim, todos esses protagonistas tornaram possível a realização de um projeto que desde 2005, data de sua emergência, vem efetivando-se e, certamente, pode-se dizer que já está consolidado.

O balanço desses dez anos de existência de *Patrimônio e Memória* sinaliza que foi constituído um campo de debate sobre os bens culturais e não seria exagero dizer que a revista já se tornou referência nessa área, pelas contribuições trazidas ao debate sobre os bens culturais, em diferenciados níveis e temas.

Assis, 29 de setembro de 2014.

Zélia Lopes da Silva - Editor